



**ARCOVERDE**

CONSULTORIA, TREINAMENTO,  
FISCALIZAÇÃO E PROJETOS S/S LTDA.  
CNPJ: 05.037.021/0001-03

2211/2001/002/2005



PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO  
Processo: 02211/2001/002/2005  
Documento: F003762/2007  
Pág.: 000

**EXMO. SR. PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO  
ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEAM**

**Referência: Pedido de Reconsideração ao  
Julgamento de Auto de Infração n.º 2166/2005  
Processo Administrativo COPAM/PA/N.º  
2211/2001/002/2005  
OF/COPAM/FEAM/DIRFIM N.º 1022/2006**

O Empreendimento **Auto Posto Supremo LTDA**, inscrito no CPNJ: n.º 05.458.099/0001-93, com endereço na Avenida José Sérvulo Soalheiro, n.º 628, bairro São Pedro, Sete Lagoas (MG), Cep: 35.701-019, mui respeitosamente vem apresentar Pedido de Reconsideração, face à penalidade aplicada no Processo Administrativo COPAM/PA/N.º 2211/2001/002/2005.

FEAM 16/01/2007 14:01 - F003762/2007

NAI



# ARCOVERDE

CONSULTORIA, TREINAMENTO,  
FISCALIZAÇÃO E PROJETOS S/S LTDA.  
CNPJ: 05.037.021/0001-03



## **PRELIMINARMENTE**

## **DA TEMPESTIVIDADE**

Tendo recebido o Ofício DIRFIM n.º1022/2006 em 28 de Dezembro de 2006, o prazo para Pedido de Reconsideração termina no dia 16 de Janeiro de 2007, portanto tempestivo o presente.

## **DO TERMO DE COMPROMISSO**

Preliminarmente o Empreendedor vem tomando todas as providências para adequar-se, à este órgão ambiental, conforme pode ser verificado na documentação apresentada no ANEXO I, constando o relatório de vistoria de n.º 015413/2006 e reunião na FEAM datada de 26 de Setembro de 2006.

## **NO MÉRITO**

No julgamento do Auto de Infração, a Câmara de Atividades de Infra-Estrutura – CIP examinou o Processo Administrativo COPAM/PA/N.º 2211/2001/002/2005 deste empreendimento e decidiu em 24 de Novembro de 2006:



# ARCOVERDE

CONSULTORIA, TREINAMENTO,  
FISCALIZAÇÃO E PROJETOS S/S LTDA.  
CNPJ: 05.037.021/0001-03



- Aplicar a penalidade de multa, no valor de R\$ 10.641,00 ao empreendimento, com base no Auto de Infração n.º 2166/2005, por “descumprir determinação da Deliberação Normativa COPAM 050/2001 art. 3º§ 2º itens V, IX, constatada degradação ambiental”.

Primeiro vem esclarecer, que conforme relatório de vistoria n.º 015413/2006 efetuado pela FEAM datado de 14 de Março de 2006 no empreendimento houve a constatação dos seguintes itens:

- Instalação das Válvulas anti-transbordamento, sump de filtro de óleo, de bomba, de boca de visita e de descarga;
- Instalação de caixa separadora de água e óleo para tratar os efluentes oleosos gerados no posto;
- Vistoria do corpo de bombeiros;
- Comprovação do teste de estanqueidade;
- No relatório de vistoria foi solicitado uma reunião com os técnicos da FEAM para comprovar com o registro fotográfico o projeto de implantação de passeio, a execução de nova investigação de passivo ambiental, apresentação de nota fiscal dos tanques, termo de referência PC005 e apresentação de Plano de Controle Ambiental, com prazo de 60 dias.

O empreendedor apresentou à FEAM toda a documentação solicitada em 11 de Maio de 2006 e na reunião em 26 de Setembro de 2006 (Anexo II).



# ARCOVERDE

CONSULTORIA, TREINAMENTO,  
FISCALIZAÇÃO E PROJETOS S/S LTDA.  
CNPJ: 05.037.021/0001-03



Pelo princípio da eventualidade, vale ressaltar que a DN-COPAM N°61-2002 estabelece que “quando as infrações tipificadas pelos itens 1 e 2, do parágrafo 1° e 1, 2 e 3 do parágrafo 2° do artigo 19 do Decreto Estadual 39.424, de 5 de fevereiro de 1998, não importarem em danos efetivos ao meio ambiente, serão passíveis de advertência.”

Vale ressaltar que o empreendimento não causou alteração ao meio ambiente, conforme investigação ambiental apresentada no ANEXO III.

Diante do acima relatado, como o empreendedor vem tomando todas as providências para atender as normas ambientais vigentes, conforme documentação apresentada, e, que até o presente momento sua atividade não está causando nenhuma alteração adversa ao meio ambiente, e já fez investimentos de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) para adequação ambiental do posto, suplica, que tais procedimentos venham a se constituírem atenuantes no pedido de reconsideração.

NESTAS CONDIÇÕES invocando os doutos subsídios do Eminentíssimo Julgador espera que este Órgão ambiental cancele o presente Auto de Infração pela perda de seu objeto, devido às medidas apresentadas nos Anexos.



# ARCOVERDE

CONSULTORIA, TREINAMENTO,  
FISCALIZAÇÃO E PROJETOS S/S LTDA.  
CNPJ: 05.037.021/0001-03



Termos em que,

P. Deferimento.

Sete Lagoas – MG, 16 de Janeiro de 2007

ARCOVERDE CONSULTORIA,  
TREINAMENTO, FISCALIZAÇÃO E PROJETOS S/S LTDA.